

## OS PRINCIPAIS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO CEARÁ.

### THE MAIN RISK FACTORS ASSOCIATED WITH VIOLENCE AGAINST ELDERLY PEOPLE IN CEARÁ.

Vitória Régia Cunha Garcia<sup>1</sup>

Paulo César Arantes<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo acadêmico investiga os principais fatores de risco associados à violência contra a pessoa idosa no Ceará. A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de abordar a violência contra os idosos, um problema social grave que tem sido exacerbado por questões socioeconômicas e culturais específicas da região. Os objetivos gerais do estudo são identificar e analisar os principais fatores de risco para a violência contra os idosos no Ceará. Os objetivos específicos incluem a análise de dados demográficos e socioeconômicos, a avaliação do impacto das relações familiares e do suporte social, e a investigação do papel dos transtornos mentais e da dependência nas atividades diárias. A metodologia empregada envolve a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos são obtidos de registros oficiais e pesquisas, enquanto os dados qualitativos são coletados através de entrevistas e grupos focais com idosos e profissionais de saúde e assistência social. Os resultados deste estudo fornecerão insights valiosos para a formulação de políticas e práticas eficazes para prevenir e combater a violência contra os idosos no Ceará.

**Palavras-chave:** Direito do Idoso, Violência contra os idosos, Problema Social

**Abstract:** This academic article investigates the main risk factors associated with violence against elderly people in Ceará. The rationale for this study lies in the urgent need to address violence against the elderly, a serious social problem that has been exacerbated by socioeconomic and cultural issues specific to the region. The general objectives of the study are to identify and analyze the main risk factors for violence against the elderly in Ceará. Specific objectives include analyzing demographic and socioeconomic data, assessing the impact of family relationships and social support, and investigating the role of mental disorders and addiction in daily activities. The methodology used involves the collection and analysis of quantitative and qualitative data. Quantitative data is obtained from official records and surveys, whilst qualitative data is collected through interviews and focus groups with older people and health and social care professionals. The results of this study will provide valuable insights for the formulation of effective policies and practices to prevent and combat violence against the elderly in Ceará.

**Keywords:** Elderly Law, Violence against the elderly, Social Problem

<sup>1</sup>Bacharel do Curso de Direito, UNIGRANDE, FORTALEZA– CE. E-mail: aluno@gmail.com

<sup>2</sup>Orientador do Curso de Direito, UNIGRANDE, FORTALEZA– CE. E-mail: orientador@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente incidência de violência contra idosos levanta questões cruciais sobre os fatores subjacentes a esse tipo de abuso e a necessidade de estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

A violência contra a pessoa idosa pode assumir diferentes formas, como abuso físico, emocional, sexual e financeiro, bem como negligência e abandono. Essas formas de violência podem ocorrer em diversos contextos, incluindo em instituições de cuidados, em famílias e até mesmo em comunidades. Os impactos dessa violência são profundos, afetando tanto a saúde física quanto a saúde mental dos idosos, além de comprometer sua qualidade de vida e dignidade.

Investigar os fatores de risco associados à violência contra a pessoa idosa, compreender as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que perpetuam esse problema, através de uma análise aprofundada, é possível desenvolver estratégias de prevenção e intervenção mais efetivas, além de fortalecer a proteção dos idosos e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Para a presente pesquisa estabelecida a seguinte questão de partida: Quais são os principais fatores de risco associados à violência contra a pessoa idosa em uma comunidade urbana específica?

Outrossim, o presente trabalho tem como objeto o estudo da violência contra pessoas idosas e como o boletim de ocorrência surte efeitos jurídicos, recepcionado pelo Direito brasileiro.

De modo a exemplificar a visão sobre o Direito Penal brasileiro e os mais diversos estudos doutrinários e normativos sobre a violência contra a pessoa idosa que é uma grave violação dos direitos humanos, que afeta um número significativo de idosos. Com o envelhecimento da população, a preocupação com a segurança e o bem-estar dos idosos se torna cada vez mais relevante. No entanto, a violência contra essa faixa etária ainda é um fenômeno pouco compreendido e frequentemente subnotificado.

A violência contra a pessoa idosa é uma questão social e de direitos humanos que demanda atenção e ação imediata. É essencial que as sociedades, juntamente com políticas públicas, estejam comprometidas em compreender, prevenir e combater a violência direcionada a essa população vulnerável. É um fenômeno complexo que abrange diferentes formas de abuso, incluindo físico, psicológico, sexual, financeiro, abandono e negligência.

É essencial que a sociedade adote uma postura ativa na prevenção e no combate à violência contra a pessoa idosa. Isso envolve a conscientização sobre os direitos dos idosos, a

promoção de uma cultura de respeito e cuidado, o fortalecimento das redes de apoio social e a implementação de políticas e leis que protejam essa população vulnerável.

A violência contra a pessoa idosa é um problema que requer uma abordagem multifacetada, envolvendo governos, instituições, organizações da sociedade civil, profissionais de saúde, familiares e a própria comunidade. Somente através de um esforço coletivo podemos criar um ambiente seguro e inclusivo para os idosos, respeitando seu direito fundamental de envelhecer com dignidade, respeito e segurança.

Vale ressaltar que, a violência contra idosos muitas vezes ocorre em um contexto familiar ou comunitário, tornando-se um problema enraizado na sociedade. É necessário promover uma mudança cultural e social, onde a violência contra a pessoa idosa seja totalmente rejeitada, e os idosos sejam valorizados, respeitados e protegidos em todos os níveis da sociedade.

Os propósitos da pesquisa foram exploratórios buscando conhecer e compreender as questões envolvendo a violência contra pessoas idosas e como o boletim de ocorrência surte efeitos jurídicos, e quais as políticas públicas existentes no estado do Ceará para essa população.

Ademais a abordagem da pesquisa é qualitativa e de coleta de dados aplicada ao direito, tendo como procedimento técnico essencial a revisão bibliográfica, em especial na doutrina, artigos acadêmicos e científicos e textos legais e jurisprudenciais sobre a temática central da violência contra o idoso e as políticas públicas sobre a terceira idade.

## **2 O IDOSO NO CONTEXTO SOCIAL E JURÍDICO**

O envelhecimento deve alcançar números inéditos na história. É nesse contexto que se destaca a parte da população que diante de suas condições físicas e emocionais, se mostram mais propensas a serem vítimas, pois apresentam vulnerabilidades e limitações. A classe referida é a dos idosos, pessoas na faixa etária de 60 (sessenta) anos ou mais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002, p.24) define a violência contra a pessoa idosa como: "ato único ou repetido ou, ainda, ausência de ação apropriada, ocorrendo dentro de um relacionamento de confiança e que cause dano, sofrimento ou angústia para a pessoa idosa". Ou seja, podem ser considerados maus-tratos, violência física, abusos, exploração, coerção e negligência, os quais provocam lesão, dor, incapacidade e até morte. As consequências surgem a curto, médio e longo prazos, para as vítimas, suas famílias, comunidades e países, bem como para os serviços de saúde (SANTANA et al., 2016; ROCHA et al., 2016).

É essencial que a sociedade adote uma postura ativa na prevenção e no combate à

violência contra a pessoa idosa, pois essa violência constitui um fenômeno complexo, provocando um impacto profundo na saúde física e psíquica da vítima. Para minimizar esse fato, faz-se necessário, entre outras medidas, a criação de meios governamentais de grande relevância para desenvolver políticas públicas adequadas a fim de lidar com a violência e direcionar os recursos de maneira mais eficaz.

A violência contra a pessoa idosa vem se configurando como um grande problema, pois além de crescer a cada dia, é muitas vezes escondida por pensamentos de vergonha, medo de solidão, casos de dependências reais com seus agressores que muitas vezes, estão diretamente ligados às diversas formas de agressões.

Tende-se a pensar que atos violentos são apenas aqueles que causam perceptíveis prejuízos físicos, mas, não menos relevante existe a violência subjetiva, atingindo o interior das vítimas, causando-lhes danos morais e roubando-lhes o que se tem de maior valor, a paz de espírito.

A violência definida como o avesso de respeito à experiência e à sabedoria, escrita pela professora Maria Cecília Minayo, define as tipologias:

-Violência Física: Refere-se ao uso da Pessoa física para obrigar a pessoa idosa a fazer o que não deseja, seja para ferir, provocar dor, incapacidade ou morte e os principais sinais são corte, manchas escuras, queimaduras, feridas, membros quebrados ou até mesmo mesmo beliscões, empurrões, tapas no rosto que não evoluem com sinais físicos aparentes.

-Violência sexual: Refere-se ao ato ou jogo sexual, de caráter homorrelacional ou heterorrelacional, utilizando pessoas idosas. Esses abusos intencionam obter excitação ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violências físicas ou ameaças e os principais sinais são quando o idoso tem medo de ser tocado, de ser despido ou até mesmo de tomar banho. Também é importante observar ardor, cortes, manchas escuras ou dores nas regiões genitais e também o aparecimento de doenças sexualmente transmissíveis.

-Violência Econômica/Financeira: Consiste na exploração financeira imprópria ou ilegal do idoso ou no uso não consentido por ele de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar e se caracteriza quando o violador de apropria indevidamente do dinheiro, cartões bancários a fim de fazer empréstimos, utilizando o valor para outras finalidades que não seja a promoção do cuidado.

-Violência de Abandono/Negligência: É uma das formas de violência mais presentes no país. Manifesta-se frequentemente associada a outros abusos, que geram lesão ou traumas físicos, emocionais e sociais, em particular para as pessoas que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade, manifestando-se também, pela ausência ou

deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro ao idoso que necessita de proteção e se caracteriza com a privação de medicamentos, falta de cuidados necessário com a saúde, com a higiene e ausência de estímulos. Os principais sinais são desidratação ou desnutrição, feridas no corpo, odores corporais, cheiro de urina/fezes em casa, cortes de água, luz ou telefone devidos contas sem serem pagas, geladeira vazia e alimentos estragados.

-Violência Institucional: Diz respeito à prática de violência realizada por Instituições prestadoras de serviços públicos, como hospitais, postos de saúde, Delegacias e Instituições de longa permanência para idosos e pode ser feita por meio de um dos seus funcionários que comete algum ato de abuso, agressão física ou verbal.

-Violência Psicológica: É a mais sutil das violências e corresponde a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar, humilhar, restringir a liberdade ou isolar o idoso do convívio social e caracteriza-se como xingamentos, sustos, humilhação e até mesmo impedimentos de que vejam amigos e familiares.

- Violência de Autonegligência: Refere-se a conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança pela recusa de ter cuidados consigo mesma. Neste caso, não se trata do “outro”, pois é a própria pessoa a cometer essa violência.

Todos os tipos de violência citados trazem transtornos e prejuízos à vida da pessoa idosa, portanto, ao ser observada, deve-se de imediato tomar providências a fim de erradicá-las.

A violência sexual não diferente da violência física, é uma questão que demanda atenção e ação imediata. Quando for observada por um profissional de saúde que ao suspeitar ou confirmar, deve questionar o cuidador e imediatamente fazer a notificação a vigilância sanitária do Município.

A violência psicológica gera ansiedade e um quadro de depressão, os tornando incapazes de lidar com as emoções e causando um grande impacto na saúde emocional. A violência de abandono e negligência gera um sentimento de inferioridade e por fim, a violência financeira gera um sentimento de incapacidade.

De acordo com a Delegada titular da Delegacia de Proteção ao Idoso e a Pessoas com Deficiência do Estado do Ceará, Dra. Rena Gomes, ao ser entrevistada, mencionou que a violência patrimonial lidera na escala de ascensão, se caracterizando como furto mediante fraude, ou estelionato. Geralmente a pessoa que tem acesso a contas e cartões de crédito da pessoa idosa, se utiliza da facilidade na tecnologia para adentrar nas contas, pois isso se torna muitas vezes inviável para o idoso. (GOMES, 2023).

Os custos da violência contra a pessoa idosa ainda que não estejam suficientemente

documentados têm implicações diretas e indiretas. Os custos diretos podem estar associados à prevenção e a intervenção, assim como a prestação de serviços, processos jurídicos, assistência institucional e programas de prevenção, educação e intervenção. Os custos indiretos referem-se a menor produtividade, baixa qualidade de vida, dor e sofrimento emocional, perda e confiança e autoestima, incapacidades e a morte prematura.

Buscando dar visibilidade ao fenômeno e contribuir para a prevenção e o combate à violência contra o idoso, deve-se utilizar de várias estratégias de informação e educação. Além da criação de seminários para o profissional de saúde, palestras para a comunidade e até mesmo a utilização de podcast, do qual milhares de seguidores tem acesso a uma entrevista, onde o entrevistado explana o assunto de uma forma que todos tenham a consciência do seu papel no enfrentamento dessa batalha. Isso envolve a conscientização sobre os direitos dos idosos, a promoção de uma cultura de respeito e cuidado, o fortalecimento das redes de apoio social e a implementação de políticas e leis que protejam essa população vulnerável.

Apesar dos esforços para combater a violência contra idosos, persistem desafios significativos na identificação e no enfrentamento desse problema, uma vez que, geralmente, os próprios filhos estão envolvidos nessa violência, causando constrangimento e uma não aceitação por parte da vítima.

## 2.1- Constituição Federal

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, instrumento que há 35 anos rege todo o Ordenamento Jurídico Brasileiro absorve a perspectiva dos direitos humanos e positiva um leque de direitos fundamentais em seu texto diplomático. Ela se difere das demais por apresentar não somente as disposições comuns a todas as pessoas incluindo os idosos, mas, por justamente destacar essa tutela aos idosos de forma expressa em seu texto.

Art. 230:

A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.  
(BRASIL, 1998).

Portanto, é crucial que as políticas e práticas de proteção aos idosos sejam fortalecidas, promovendo a conscientização sobre seus direitos e garantindo que haja recursos adequados e acessíveis para relatar violações desses direitos. Através desses esforços, podemos nos esforçar para criar uma sociedade que valoriza, respeita e apoia nossos idosos, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil.

## 2.2- Política Nacional De Proteção Ao Idoso

Com a sanção da Lei de número 8.842, DE 4 DE JANEIRO DE 1994 que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria-se o Conselho Nacional do Idoso e de outras providências. Ele tem a finalidade de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, sendo norteado por alguns princípios que dão diretrizes para a convivência com essa parte da população.

I - A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida. (LEI Nº8842/1994)

A Política Nacional do Idoso, coordenada pela Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa/MDH, foi criada através do Decreto 6.800/2009. Esta política tem como objetivo assegurar os direitos sociais da pessoa idosa e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Um dos principais instrumentos dessa política é o Estatuto do Idoso, criado em 2003, que assegura de forma permanente direitos fundamentais, medidas de proteção, política de atendimento, acesso à Justiça e proteção judicial. Apesar dessas garantias, os idosos ainda são vítimas de diversos tipos de violência, incluindo física, psicológica e financeira. Para combater esses abusos, foram criadas várias iniciativas, como a cartilha sobre o combate à violência contra a pessoa idosa e o Disque 100, um serviço para receber denúncias contra essa população.

Além disso, foi criado o Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI) para assumir um compromisso formal entre os governos federal, estadual e municipal com vistas a implementar as políticas públicas destinadas à promoção e defesa dos direitos das pessoas idosas. O PNDPI tem como metas ampliar o número de Conselhos dos Direitos das Pessoas Idosas, reduzir o índice de violência contra a pessoa idosa, criar o Fundo Estadual e Municipal da Pessoa Idosa, e criar a Rede de Cuidados e Proteção.

No entanto, apesar dessas políticas e iniciativas, ainda há desafios a serem superados para garantir a plena implementação e cumprimento desses direitos. É crucial que continuemos a fortalecer as políticas e práticas que apoiam os idosos, promovendo a conscientização sobre seus direitos e garantindo que haja recursos adequados e acessíveis para relatar violações desses direitos. Através desses esforços, podemos nos esforçar para criar uma sociedade que valoriza, respeita e apoia nossos idosos.

### 2.3- Estatuto Do Idoso

O Estatuto da Pessoa Idosa foi criado a partir da Lei 10.741/2003 e assegura que a pessoa idosa não será objeto de qualquer forma de violência.

A partir do primeiro artigo é possível ter uma noção da importância desse estatuto para uma melhor regulamentação dos direitos assegurados a essa parte da população. Com ele a questão dos idosos ganhou mais repercussão. Como forma de prevenção a essa agressão, alguns artigos que positivam os crimes previstos nesse diploma:

Art. 1º É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022).

O Estatuto do Idoso, implementado no Brasil em 2003, é um marco legal significativo que visa proteger e promover os direitos dos idosos. Este estatuto abrange uma ampla gama de direitos, incluindo o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Além disso, o estatuto também estabelece penalidades para aqueles que violam esses direitos.

No entanto, apesar da existência do Estatuto do Idoso, ainda há desafios a serem superados para garantir a plena implementação e cumprimento desses direitos. A violência contra os idosos, por exemplo, continua sendo uma questão preocupante. Portanto, é crucial que continuemos a fortalecer as políticas e práticas que apoiam os idosos, promovendo a conscientização sobre seus direitos e garantindo que haja recursos adequados e acessíveis para relatar violações desses direitos. Através desses esforços, podemos nos esforçar para criar uma sociedade que valoriza, respeita e apoia nossos idosos.

### 2.4- Jurisprudência

A violência contra a pessoa idosa é um problema complexo que envolve múltiplos fatores de risco. Estudos indicam que a violência contra o idoso é um fenômeno multifatorial, tendo como principais fatores associados idade, sexo, estado civil, nível de educação, renda, arranjo familiar, relação familiar, suporte social, solidão, transtorno mental, depressão e dependência para atividades do cotidiano. No Ceará, esses fatores podem ser exacerbados por



questões socioeconômicas e culturais específicas da região.

As jurisprudências dos tribunais no Brasil têm desempenhado um papel importante na proteção dos direitos dos idosos e na punição dos infratores. A Constituição Federal do Brasil e o Estatuto do Idoso fornecem o quadro legal para a proteção dos direitos dos idosos. No entanto, a implementação efetiva dessas leis muitas vezes depende das decisões dos tribunais. As jurisprudências podem ajudar a esclarecer a interpretação da lei e a estabelecer precedentes para casos futuros.

De acordo com julgados de tribunais que trataram sobre o tema base desse artigo temos como exemplo um julgado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. Art. 120 do estatuto do idoso. Apropriação de valores de pessoa idosa. Delito evidenciado. Dolo comprovado. Pleito de absolvição por ausência de provas. Impossibilidade. Autoria e materialidade comprovadas. Depoimento testemunhal aliado as demais provas dos autos. Condenação mantida. Dosimetria revista e mantida. Regime prisional aberto. Art. 44 do código penal. Viabilidade. Contrarrazões. Pedido de reforma da sentença. Impossibilidade. Apelação conhecida e improvida. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará, em, à unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso interposto, nos termos do voto da relatora. (Fortaleza, 23 de março de 2021. DESEMBARGADORA LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES Relatora. 1ª Câmara do Tribunal de Justiça do Ceará)

No entanto, apesar dessas proteções legais, a violência contra os idosos continua sendo uma realidade preocupante. É crucial que continuemos a fortalecer as políticas e práticas que apoiam os idosos, promovendo a conscientização sobre seus direitos e garantindo que haja recursos adequados e acessíveis para relatar violações desses direitos. Através desses esforços, podemos nos esforçar para criar uma sociedade que valoriza, respeita e apoia nossos idosos, em conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal do Brasil.

## 2.5- Junho Violeta

No ano de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu o dia 15 de junho, como a conquista de conscientização a violência contra a pessoa idosa, esse momento ocorreu em seguida da rogatória feita pela Rede Internacional de Prevenção ao Abuso de Idosos (INPEA), que constituiu a homenagem em junho do ano de 2006. Retrata sobre um dia do ano no qual o universo inteiro expressa sua divergência aos abusos, agressões, violências, maus tratos, angústias impostas a algumas pessoas mais velhas. O mês de junho representa a cor violeta que traz a responsabilidade de todos, Estado, Família, sociedade para com o idoso.

No Estado do Ceará também é feita essa homenagem intitulada como junho Violeta,

que é exatamente o mês de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa, envolvendo Instituições como Ministério Público, OAB-CE e Defensoria Pública, a qual fazem atividades em conjunto para abordar esse tipo de violência. É também feita campanhas, que podem ser virtuais, ou através de cards contendo informações sobre o tipo, o índice de violência ou seminários. Importante lembrar que esse ano de 2023 foi feito um seminário totalmente voltado para a abordagem do tema.

## 2.6- A Violência No Estado Do Ceará

Em uma nota publicada no diário do Nordeste no dia 04 de outubro de 2023, que discorre sobre como envelhecer com respeito, a autora do texto em questão, fala como o envelhecimento populacional deve alcançar números inéditos na história nos próximos anos. Gerando com isso, uma série de impactos importantes para a sociedade.

O envelhecimento populacional deve alcançar números inéditos na história da humanidade nos próximos anos. Projeções levantadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2050, um em cada quatro brasileiros será idoso. (Patrícia de Abreu Viana Presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da OAB-CE).

Trazendo essa realidade também para o Estado do Ceará, observa-se que quanto maior o número de pessoas idosas, maior o número de violência sofrida por essa parte da população.

De acordo com os dados do Observatório de Indicadores Humanos (OISOL, 2023) da Secretaria dos Direitos Humanos do Ceará, referentes ao ano de 2022, a violência contra a pessoa idosa no Ceará atingiu o total de 4.978 casos, distribuídos em números como:

Tabela 1 – Casos de violência contra a pessoa idosa

<b>Autonegligência</b>	<b>1</b>
<b>Sexual</b>	<b>22</b>
<b>Institucional</b>	<b>49</b>
<b>Abandono</b>	<b>233</b>
<b>Física</b>	<b>464</b>
<b>Psicológica</b>	<b>1.231</b>
<b>Financeira</b>	<b>1.242</b>
<b>Negligência</b>	<b>1.736</b>
<b>Total</b>	<b>4.978</b>

Fonte: OISOL, 2023

## 2.8- Medidas Protetivas

As medidas de proteção a pessoa idosa são extremamente importantes, uma vez que elenca diferentes meios de proteger essa parte da população. Recomenda-se aos profissionais de saúde promover atividades para informação e prevenção e incentivar os idosos a participarem de atividades sociais, a fim de evitar o isolamento social.

As medidas de proteção a pessoa idosa estão elencadas no Estatuto da Pessoa Idosa.

As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: Art.43 (Redação dada pela Lei nº 14.423, de 2022) (BRASIL, 2022).

Rede de proteção à pessoa idosa:

- ✓ Ministério Público
- ✓ Conselho Estadual ou Municipal da Pessoa Idosa
- ✓ Delegacia Especializada
- ✓ Secretarias Municipais de Assistência Social
- ✓ Centro de Referência do Idosos, CRAS, CREAS
- ✓ Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da OAB
- ✓ Defensoria Pública.

Casos de violação aos direitos desse segmento social devem ser denunciados ao Disque 100 – vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O serviço funciona diariamente, 24h, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias são anônimas e podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita para o número 100, pelo WhatsApp: (61) 99656-5008, ou pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil, no qual o cidadão com deficiência encontra recursos de acessibilidade para denunciar e para abordar esse tipo de violência. É também feita campanhas, que podem ser virtuais, ou através de cards contendo informações sobre o tipo ou o índice de violência ou seminários. Importante lembra que esse ano de 2023 foi feito um seminário em fortaleza totalmente voltado para a abordagem do tema. (BRASIL, 2022).

Na esfera Estadual, existem duas Delegacias especializadas que abordam os crimes de violência contra a pessoa idosa. A Delegacia Eletrônica do Estado do Ceará é a porta de entrada para o registro de Boletins de ocorrência que não envolvam lesão corporal contra o idoso. Faz-se o registro através do site: <https://www.delegaciaeletronica.ce.gov.br> e após o registro da ocorrência, será feita a verificação preliminar dos dados pelos analistas. Caso seja aprovado, o BEO é encaminhado ao usuário via e-mail. Com relação à ocorrência policial, esta é transferida às Delegacias competentes. Na circunscrição de Fortaleza o registro é

encaminhado à Delegacia de Proteção à Pessoa Idosa e a pessoas com deficiência. Ela tem como principal objetivo, investigar os crimes estatutários previstos no Estatuto do Idoso e na Lei Brasileira de Inclusão e atua de forma presencial, funcionando no Complexo das Delegacias Especializadas (CODE) da PCCE, localizado na Rua Professor Guilhon, nº 606, Aeroporto. O atendimento ao público é das 8h às 17h.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desse artigo observa-se que a violência contra a pessoa idosa é uma questão social e de direitos humanos que demanda atenção imediata, pois o crescente número de atos ilícitos praticados contra essa parte da população é causa de denúncia por quem os observa. Os impactos da violência contra a pessoa idosa são profundos e abrangem tanto as consequências físicas quanto as emocionais. Os idosos que são vítimas de abuso frequentemente sofrem lesões, dor crônica, problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de uma deterioração geral na qualidade de vida. Além disso, a violência pode afetar negativamente as relações familiares e sociais, exacerbando ainda mais o isolamento e a marginalização dos idosos. Diante dessa realidade, é necessário um olhar mais abrangente sobre as questões que envolvam a velhice, pois elas causam impactos profundos na sociedade.

Faz-se necessário promover uma cultura de respeito e valorização das pessoas idosas, reconhecendo a contribuição positiva dessas pessoas para a sociedade. É fundamental que a sociedade como um todo se mobilize para combater as diversas formas de violência e garantir que as pessoas idosas sejam tratadas com respeito e dignidade.

O trabalho sobre o tema da violência contra idosos deve ser contínuo e envolver toda a sociedade para garantir que os direitos a essas pessoas sejam respeitados e valorizados. Lamentável é acontecer violência com um grupo tão suscetível de cuidados, cheios de fragilidades, onde se deve o respeito e a empatia.

**REFERÊNCIAS:**

ALVES, B. / O. / O. - M. **15/6 – Dia Mundial de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa** | Biblioteca Virtual em Saúde MS. Disponível em:

<<https://bvsmms.saude.gov.br/15-6-dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa-2/>>.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada - LEI Nº 14.423, DE 22 DE JULHO DE 2022** - Publicação Original. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2022/lei-14423-22-julho-2022-793034-publicacaooriginal-165796-pl.html>>.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

BRASIL. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.** Institui o Código Civil.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

BRASIL. **Violências contra a pessoa idosa: saiba quais são as mais recorrentes e o que fazer nesses casos.** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/violencias-contra-a-pessoa-idosa-saiba-quais-sao-as-mais-recorrentes-e-o-que-fazer-nesses-casos#:~:text=Os%20casos%20mais%20recorrentes%20incluem>>. Acesso em: 3 dez. 2023.

CEARÁ. Tribunal de Justiça do Ceará. **APR 0730200-16.2014.8.06.0001 CE.** Relator

GOMES, Rena. **Tipos de violência contra o idoso. Entrevista concedida pela Delegada Rena Gomes, da Delegacia de Proteção ao Idoso e a Pessoas com Deficiência do Estado do Ceará.** GARCIA, Vitória Régia Cunha. Fortaleza - CE, 2023.

LIGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES SENDRETE, Y. et al. **A UTILIZAÇÃO DE PODCASTS PARA A CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.** Revista Extensão e Cidadania, 18 dez. 2020.

VIANA, Patrícia de Abreu. **Queremos envelhecer com respeito** - Colaboradores. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaao/colaboradores/queremos-envelhecer-com-respeito-1.3426073>>. Acesso em: 3 dez. 2023.